

LIVROS E REVISTAS

VÁRIOS AUTORES. *A Report on Social Security Programs in the Soviet Union*. U. S. Department of Health, Education and Welfare. Washington, 1960.

O Relatório apresentado pelo grupo de cinco peritos americanos, entre os quais ROBERT J. MYERS, Atuário-Chefe da Administração de Seguridade Social dos Estados Unidos,* que no período de um mês (agosto-setembro de 1958) visitaram a U.R.S.S., poderá contribuir para preencher uma das mais sensíveis lacunas na literatura "soviológica", deixada a descoberto também nos estudos da O.I.T. e da A.I.S.S.

É verdade que, como os próprios autores admitem, dificilmente as suas observações, colhidas em missão de tão curta duração, poderiam servir para definir de modo suficientemente amadurecido o perfil objetivo desse instituto, seu *modus operandi* e suas características específicas, com dis-

tribuição equitativa das luzes e das sombras.

Como não poderia deixar de ser, tiveram de basear as suas impressões de forma preponderante em depoimentos oficiais e oficiosos, com frequência visivelmente inexatos e carecedores de qualquer comprovação estatística, seja pelas notórias deficiências da estatística previdenciária, seja pela atitude de tradicional reserva dos órgãos especializados quanto ao fornecimento de dados e indicações capazes de lançar maior luz sobre o funcionamento do regime soviético de Seguridade Social.

Seria ingenuidade atribuir maior importância às informações prestadas à equipe oficial norte-americana pelos porta-vozes do funcionalismo soviético e, ainda menos, pelos segurados aposentados e pensionistas, sem qualquer liberdade na formulação de suas observações pessoais.

Não é de admirar que, nessas condições, e também em vista da flagrante omissão, no que diz respeito ao aproveitamento das demais fontes de informação indireta nessa matéria, bem como da falta total de conhecimento do abundante material existente, nes-

* Como parece resultar do estudo de autoria de MR. MYERS ("Economic Security in the Soviet Union", novembro, 1959) ele desempenhou papel de particular relevo na redação do Relatório.

se particular, na imprensa soviética, os membros do grupo comessem vários erros na apreciação das realizações da política social russa.

Assim, por exemplo, demonstram total ignorância quanto aos antecedentes históricos da reforma kruchtchevista de 1956. Não somente menosprezam as realizações previdenciárias do regime tzarista (p. ex., a lei de 1912), como também — o que é incomparavelmente mais grave — desconhecem a interessante e bem movimentada evolução da legislação social da U.R.S.S., entre 1917 e 1936. Assim, formulam opinião errada a propósito da lei de 1956 como “primeira e única lei de seguridade social soviética”, destacando, aliás, com toda razão, a paralisação anti-social na evolução desse instituto, no período de vinte anos que precedeu a reforma atualmente em vigor e devida à iniciativa normativa de KRUCHTCHEV.

Outro e ainda mais sério defeito do relatório é o fato de que seus autores não fizeram o menor esforço no sentido de examinar a posição “filosófica” que cabe à *sozjalnoe strakhovanie* nas obras que contém o principal acervo dogmático do comunismo russo (livros de MARX, LENIN e STALIN, assim como a exegese oficial da ideologia dessa corrente na U. R. S. S. — o *Breve Histórico do Partido Comunista* em suas duas edições: a estalinista e a kruchtchevista). Se o fizessem, compreenderiam melhor porque, na realidade, as obras de progresso social ficam relegadas na “Pátria do Proletariado” a um lugar desprezível, insignificante; sem

dispor dos instrumentos que apenas pode proporcionar o bom conhecimento do marxismo e leninismo, submetem o regime de benefícios à crítica sob o ângulo falso da doutrina do comunismo igualitário, abstrato e teórico, ignorando que, afinal de contas, o que, no momento, existe na U.R.S.S. não é sistema comunista, mas, sim, a rigor, socialista ou, antes, capitalismo estatal pseudo-socialista.

Contudo, a razão de ser da proteção social das classes trabalhadoras contra as conseqüências prejudiciais da ocorrência de diversos eventos aleatórios não é, de modo algum, inferior — é até, por várias razões, superior — a sua justificação nos países de livre empreendimento. Assim, não se vê porque a Seguridade Social Soviética seja, em conjunto, muito mais atrasada do que a existente na maioria esmagadora dos países livres, inclusive o Brasil, e, mesmo, à primeira vista, consideravelmente inferior aos regimes atualmente em funcionamento em vários países socialistas, como, por exemplo, Polônia e Tchecoslováquia.

Saltam aos olhos algumas opiniões valorizadoras manifestamente erradas, formuladas de modo precipitado e superficial. Assim, parece-nos simplesmente inacreditável arriscar as teses consubstanciadas no Prefácio, como se a Seguridade Social fôsse na U.R.S.S. “bem administrada” e “apreciada favoravelmente pela população daquele país”... Na verdade, a administração do regime securitário pelos órgãos do chamado sindicalismo vem sendo considerada com

unanimidade pelos estudos especializados nessa matéria a fórmula organizacional mais deficiente, fraca e obsoleta de toda a história de 80 anos da Seguridade Social.

É por essa razão que não foi adotada em vários países-satélites.

E, como o comprovam os numerosos depoimentos dos segurados, estampados na imprensa soviética, é extremamente crítica a opinião dos interessados a respeito do funcionamento prático, nesse particular, da burocracia sindicalista; a verdadeira índole dos sindicatos soviéticos, como órgãos do estatismo totalitário, não escapou, aliás, à interpretação dos peritos americanos.

É inevitável que na obra coletiva, cujos principais capítulos foram confiados a diversos autores, haja capítulos melhores e piores. Aparentemente, faltou, porém, boa coordenação do trabalho, o que levou a certas contradições lamentáveis. Assim, por exemplo, encontramos duas asserções opostas:

1. "Para os operários que têm salários de nível médio ou abaixo do mesmo, os benefícios são altos em relação à remuneração" ("Introdução"); e

2. "Relativamente maiores benefícios se outorgam aos trabalhadores com salários mais elevados" (pág. 3).

Quer-nos parecer que a segunda afirmativa corresponde muito melhor à realidade.

Os autores submetem à análise crítica, sempre em confronto com a solução norte-americana, tanto a amplitude, como a profundidade do regime soviético.

Quanto ao primeiro aspecto, demonstram a falta de universalida-

de, relacionada com o desamparo social quase total dos "kolkhozniki", diga-se de passagem, sem tornar patente que fora do campo pessoal da seguridade social ficam também numerosas outras categorias de trabalhadores, inclusive "a força de trabalho obrigatória", os internados nos campos de trabalho forçado, cujo número, ao que parece, diminuiu consideravelmente nesses últimos cinco anos, sem, todavia, deixar de constituir a base da pirâmide da economia de trabalho.

Quanto ao valor dos benefícios pecuniários, fica, no que diz respeito às suas taxas proporcionais, muito, muitíssimo abaixo dos proventos de passividade em vigor no Brasil, sendo que os períodos de carência ultrapassam consideravelmente, quanto a sua duração, as condições aquisitivas previstas na Lei Orgânica da Previdência Social, como nas demais legislações em vigor no mundo livre em 1961.

A distribuição das vantagens de Seguro Social não obedece aos princípios de justiça social. As prestações aumentam ainda muito mais a aguda desigualdade que rege a repartição do "fundo salarial" no período de atividade econômica. Em última análise, o sistema de benefícios — dada a prioridade concedida ao seguro-doença e seguro-acidentes de trabalho, o tratamento preferencial outorgado à proteção dos trabalhadores ocupados nos setores-chave da economia produtora, e, ainda, várias outras regras distributivas —, está subordinado muito mais às exigências tecnocratas e ultra-produtivistas da economia soviética, uma espécie de amortização da mão-de-

obra, do que aos postulados humanitários de bem-estar social. De igual modo, as finalidades do abono familiar se relacionam muito mais com o fomento da natalidade (aliás, com resultados nitidamente desanimadores) do que com a proteção social à família.

O regime de seguridade social não abrange a cobertura do risco de desemprego, porque, supostamente, e contrariamente às observações judiciosas da missão, "o desemprego fôsse abolido, na Rússia Soviética". A inexistência desse ramo de seguridade social não significa nada mais do que a constante pressão exercida sobre o *homo sovieticus* no sentido de aceitar qualquer emprego, mesmo mal remunerado, em condições difíceis de exercício, e não adaptado às qualidades vocacionais e físico-psíquicas, assim como aos pendores e preferências do trabalhador.

Os autores do Relatório fizeram bem procurando basear o estudo da seguridade social (em que, infelizmente, não conseguiram passar revista ao serviço de proteção à saúde), numa análise de seu amplo *background* econômico e social. É, todavia, lamentável que não aproveitassem de modo suficiente a abundante literatura existente nesse particular, obra dos Institutos Russos de várias universidades americanas. Por exemplo, quanto ao problema de habitação, contentando-se com impressões superficiais de ordem visual ou com escassas indicações estatísticas de caráter parcial, isolado e obsoleto, não compreenderam a gravidade da situação residencial em sua integridade, a qual, medida em termos de 1 habitante por

1 m², evidencia piora constante: congestionamento cada vez maior dos habitantes das casas rurais e urbanas.

Não há como negar que a reforma de 1956 haja melhorado de forma substancial o desesperadamente dramático estado da seguridade social da U.R.S.S. Mesmo assim, o Relatório desmascarou as façanhas da mentirosa propaganda soviética, que, emprestando à seguridade social papel de "artigo de exportação", apresenta ao mundo um quadro distorcido das realizações sociais mediocres e precárias da U.R.S.S. como supostamente superiores às legislações do "mundo burguês". Nada mais divertido do que a leitura de um artigo bombástico de M. LANTSEV, distribuído à imprensa ocidental em 22 de outubro de 1958 e anexado ao *Report*, cujo objetivo é demonstrar o valor da reforma social soviética em comparação com as realizações congêneres dos países democráticos, artigo êsse comentado de modo sóbrio pelos autores americanos.

É digna de elogios a exposição no Relatório das bases financeiras da seguridade social da U.R.S.S., que, sob o ângulo da rigorosa análise econômica, reduz a seus próprios termos a propalada conquista revolucionária soviética, quanto à inexistência da contribuição dos trabalhadores segurados.

Em suma, apesar de vários defeitos, lacunas e erros acima assinalados, as observações consubstanciadas no Relatório, sobretudo nos capítulos dedicados ao exame analítico de vários ramos de Seguridade Social, também por meio de vinte quadros e anexos, apre-

sentam um subsídio interessante, embora incompleto, para o estudo da realidade soviética em setor particularmente relevante e nevrálgico e, ao mesmo tempo, incompreensivelmente muito descuidado na literatura soviológica. — *Estanislau Fischlowitz*.

A. F. CEZARINO JÚNIOR. *Seguro-Maternidade em Direito Comparado*. São Paulo, 1960.

O estudo em epígrafe, última obra de uma das maiores autoridades em direito social, é incomparavelmente mais do que o exame comparado da legislação vigente nessa matéria. Não se limita, com efeito, à mera exposição — aliás, dentro de sistemática impecável —, das soluções nacionais, nesse campo.

O Professor A. F. CEZARINO JÚNIOR apresenta, outrossim, na parte final, toda uma série de recomendações práticas entre as quais se destaca o problema, entre nós ainda incompreensivelmente controvertido, e já pacífico alhures, da transferência para a órbita da Previdência Social dos compromissos patronais relacionados com o chamado “salário-maternidade”.

O autor aponta alguns argumentos a favor da solução securitária e não tutelar da cobertura desse encargo, sem, aliás, mencionar numerosos outros, de igual valor. Quer-nos parecer que a conservação da obsoleta fórmula da legislação trabalhista carece de qualquer justificação objetiva. Deve ser, pois, atribuída a toda uma série de equívocos a oposição à reforma acima aludida, inclusive

por parte das organizações representativas das classes produtoras, e que levou ao afastamento da “solução previdenciária” consubstanciada em vários projetos legislativos no texto final da Lei Orgânica da Previdência Social de 1960.

As funções indenizadoras e assistenciais do seguro-maternidade assumirão com certeza, em futuro próximo, importância ainda maior.

Isto, por duas razões. De um lado, a sólida posição conquistada no mercado de trabalho nacional pela mão-de-obra feminina; de outro, os processos de explosão demográfica, que acarretam não só o aumento geral da população, mas também a seu crescente rejuvenescimento, tornando necessário recorrer às providências intensivas de amparo à maternidade e à infância.

O incremento da base de pirâmide etária — da infância e da adolescência — deve aumentar seu ritmo, de acôrdo com todas as previsões, ainda muito mais. Assim, a ONU antecipa que os grupos de população menores de 15 anos vão perfazer na América Latina, em 1975, pelo menos 42% do total. O mesmo fenômeno ressaltará da apuração do Censo Demográfico brasileiro de 1960. Nessas condições, o bem-estar da nova geração dependerá, em grande parte, da eficiência e da amplitude do seguro-maternidade, da distribuição territorial máxima das suas instalações e da sua articulação com os setores correlatos de assistência e serviço sociais.

Por todos esses motivos o excelente estudo elaborado pelo eminente especialista paulista em di-

reito social, Professor A. F. CEZARINO JÚNIOR, merece os maiores aplausos. — E. F.

VÁRIOS AUTORES. *Dicionário de Sociologia*. Editôra Globo. Pôrto Alegre, 1961.

A exemplo do que já se fêz com os termos das Ciências Econômicas e das Ciências Jurídicas, condensados em dicionários, acaba de ser lançado o *Dicionário de Sociologia*, organizado pelo Departamento Editorial da Editôra Globo, de Pôrto Alegre, com base nos trabalhos congêneres de E. WILLEMS, H. P. FAIRCHILD, A. WEBER, F. BULLOW e W. BERNSDORF. Seus verbetes são da autoria de sociólogos, antropólogos, psicólogos e filósofos sociais de nacionalidades diversas, inclusive de brasileiros, celebridades no mundo das Ciências Sociais contemporâneas, equipe, como se evidencia, constituída de membros de especializações variadas. Sua nominata, constante de uma das primeiras páginas da obra, dá-nos a medida exata do dicionário em epígrafe, que, ante a heterogeneidade de termos nêle contida, a rigor levaria o título "Dicionário de Ciências Sociais".

Em sua apresentação, o Editor justificou a orientação imprimida à obra, evocando "a realidade atual dos estudos sociológicos brasileiros", ao apontar, por exemplo, a influência da Filosofia Social, da Psicologia e das Ciências Naturais sôbre a Sociologia brasileira do presente, julgamento que nos parece de certo modo precipitado, por isso discutível.

É certo que a influência das demais Ciências Sociais sôbre a Sociologia é ainda perceptível, conquanto menos acentuadamente que há tempos passados, quando a Antropologia, a Antropogeografia, a Filosofia Social e o Pensamento Social formavam uma congérie, onde pouco havia de Sociologia no sentido atual do termo.

Quanto às Ciências exatas, aqui, como em outras paragens, elas tomaram por empréstimo, principalmente à Mecânica e à Biologia — donde as escolas Mecanista e Biologista (sociais) — uma série de figuras e termos que lhes emprestavam aos enunciados uma aparente fôrça de expressão.

Hoje em dia, entretanto, a Sociologia vai devolvendo, progressivamente, e muito agradecida, às ciências chamadas positivas, o vocabulário de que tanto se serviram os seus precedentes cultores, por se haver dado conta da inconveniência de os fenômenos sociais serem reduzidos a imagens e categorias científicas que pouco dizem do papel do homem em sua qualidade de ser social.

Com efeito, a Sociologia brasileira passou pelas etapas anteriormente assinaladas, mas, ao surgir a nova geração de sociólogos, toma consciência de si mesma e busca uma terminologia própria e inconfundível, ideal em grande parte já realizado, distinguindo-se como ciência autônoma na constelação das Ciências Sociais.

Do que precede, impende um raciocínio em termos de tendência. No caso da Sociologia, é a devolução à Antropologia, à Etnologia, à Filosofia Social e à Psicologia dos termos que estas ciências tão

generosamente lhe cederam e ainda observados no linguajar sociológico, sem o mais leve esbôço de protesto por parte dos que se dedicam àquelas ciências.

A fase corrente da Sociologia brasileira é marcada pelo expurgo que promove nos limites do seu domínio, com a escoima da retórica, da especulação abusiva e do beletismo que lhe marcaram os passos no auge do nosso bacharelismo.

Mas o *Dicionário de Sociologia*, objeto destas considerações, não é sòmente uma ordem alfabética de têrmos das Ciências Sociais, pois, em meio à terminologia figuram numerosas microbiografias dos grandes cientistas sociais do passado e do presente, acompanhadas da indicação das principais obras dos microbiografados, aspecto em que o *Dicionário* ganha relêvo como riquíssima fonte de referência bibliográfica.

Ademais, nêle se contém um resumo histórico da Sociologia nos diversos países do mundo, reservada a síntese histórica do Brasil ao Professor FERNANDO DE AZEVEDO, e um apêndice do sociólogo argentino, Professor ALFREDO POVIÑAS, acêrca de um programa comum de Sociologia para a América Latina.

Iniciativa de todo louvável. o *Dicionário de Sociologia* recomenda-se aos estudantes, aos estudiosos e mesmo aos curiosos das Ciências Sociais, ante a evidência de que ao conteúdo de qualquer ciência sòmente se tem acesso a *posteriori* do domínio de sua terminologia, o primeiro obstáculo anteposto aos que pretendem de-

dicar-se às lides científicas. —
A. G. de Queiroz.

VÁRIOS AUTORES. *Crédito Rural Supervisionado*. Serviço de Informação Agrícola. Rio de Janeiro, 1960.

Os autores dêste livro, técnicos da ABCAR, analisam nossa situação agrícola, em geral atrasada, e procuram aplicar ao seu desenvolvimento o crédito supervisionado, já aplicado em Minas Gerais há mais de dez anos com ótimos resultados. Que se deve fazer para enfrentar a pobreza, a miséria, o baixo nível de vida, o êxodo rural? Aumentar a produtividade do meio rural e desenvolvê-lo economicamente por meio da educação e do crédito.

O crédito rural supervisionado é concedido ao pequeno agricultor para ser empregado segundo um plano de administração rural, que tem como objetivo aumentar a renda líquida e melhorar seu padrão de vida, aproveitando melhor os recursos existentes e ensinando práticas sadias de administração da propriedade e do lar. Começado em Minas em 1949, o crédito supervisionado já se espalhou por diversos Estados do Brasil em que se encontram as associações filiadas à ABCAR. Trata-se, portanto, de uma ajuda à família dos agricultores, tendo em vista sua participação mais ativa na vida social e econômica da comunidade. Uma vez que a família atinja certo nível de progresso em que possa caminhar por si, cessa tôda a ajuda de crédito.

Êste trabalho se processa lentamente, mas até agora é o que está

dando melhores resultados, uma vez que no Brasil não há um sistema de crédito agrícola eficiente, capaz de proporcionar aos agricultores financiamento satisfatório para suas atividades. Aliás, com a carência absoluta de técnicos agrícolas em que se encontra o Brasil, seria impossível um trabalho de envergadura em todo o território.

É necessário, pois, que este sistema de crédito seja levado adiante para atender àqueles que necessitam, principalmente os pequenos agricultores.

Em sua parte final, o livro apresenta as condições necessárias para se requerer um empréstimo. Levando em conta a idoneidade moral do requerente, está a cargo de uma junta supervisora o deliberar se se deve ou não conceder o empréstimo.

Esperamos que, com uma orientação rígida e técnicos eficientes, o crédito supervisionado se espalhe em todo o Brasil, não só elevando o nível de vida do homem rural, mas também aumentando a nossa produção. — *Cleber Soldati S. J.*

VÁRIOS AUTORES. *Problemas de Habitação Rural*. Serviço de Informação Agrícola. Rio de Janeiro, 1960.

Os autores deste livro, ou melhor, das conferências nêle reunidas, apresentam estudos referentes à habitação rural no Brasil. Trata-se de trabalhos destinados à Semana de Orientação do Curso de Extensão, realizada no Rio de Janeiro, sob os auspícios do

CINVA e da ABCAR, em agosto de 1958.

Os organizadores do curso procuraram focalizar os diversos ângulos do problema da moradia no campo. Assim, o Dr. ERNESTO VAUTIER, Chefe do Programa Rural do CINVA, analisa a situação precária da habitação na América Latina, ocasionada pelo baixo nível de vida, pouco rendimento do trabalhador rural, analfabetismo, deficiência alimentar, etc. Em seguida, LUÍS CARLOS MANCINI examina o estado crítico em que se acha o Brasil quanto à habitação rural, salientando a falta de consciência deste problema por parte das classes dirigentes. Sem um programa de investimentos, custo razoável da habitação, entrosamento do governo com as autoridades estaduais e o clero, será difícil qualquer solução.

O sociólogo MANUEL DIÉGUES JÚNIOR nos apresenta os "aspectos sociais da habitação rural", salientando a importância de adaptá-la às condições do meio tropical. Os outros conferencistas analisam ainda a habitação sob os aspectos da miséria, falta de água encanada, de iluminação elétrica, de higiene e o grande obstáculo por parte do ruralista, pelo seu apêgo às tradições, repulsa às mudanças repentinas de hábitos e incapacidade de utilizar melhor os recursos que lhe são oferecidos.

Pela leitura do livro, vê-se que o curso atingiu sua finalidade; resta-nos esperar a concretização das idéias expostas e analisadas pelos técnicos. — *C. S.*

NOTAS E INFORMAÇÕES

A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

POR iniciativa do Secretariado de Educação e Cultura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizou-se no Rio de Janeiro, em princípios deste ano, um Seminário de Estudos sobre a Educação Católica e o Desenvolvimento Brasileiro. Foram as seguintes as conclusões assentadas nessa reunião:

Quanto ao plano sócio-econômico

A promoção do desenvolvimento tem uma profunda razão de ser. Sem desconhecer os equívocos a que dá margem, repelindo um desenvolvimentismo puramente econômico enfeudado por uma ideologia materialista, consideramos possível e desejável embeber de espírito cristão o movimento que busca implantar o desenvolvimento no Brasil. Levar e criar condições humanas de vida para dois terços sub-desenvolvidos do país, do Continente e do mundo — é a expressão concreta do mandamento do amor e ajusta-se à missão de prolongar a obra criadora de Deus, numa visão dinâmica do cosmos confiado à atividade humana.

Para que o desenvolvimento se ponha a serviço do homem, deve este ser atendido:

a) como ser animal — pela solução dos problemas de alimentação, saúde e habitação;

b) como ser racional — pela educação de base e pela formação científica, artística e profissional segundo processos plenamente humanos;

c) como ser livre — pela supressão de qualquer escravidão do homem pelo homem, pelo partido ou pelo Estado;

d) como filho de Deus — pela criação de condições propícias para a manifestação espontânea de suas relações com Deus, pessoais e comunitárias.

O desenvolvimento deve, ainda, importar em fator de justiça social, eliminando a triste desproporção do nível de vida nas várias regiões do país. Os brasileiros em geral, e os educadores em particular, enfrentamos um desafio que se estenderá pelo mundo inteiro: levar o Brasil a superar o subdesenvolvimento sem abdicar dos processos democráticos.

Dentro deste espírito, julgamos oportuno fazer as seguintes recomendações:

1. Procure-se levar os nossos educadores à tomada de consciên-

cia do desajustamento que se estabeleceu entre a função da escola de nível médio e a demanda profissional no meio em que ela atua. Isso se evidencia pelo enorme crescimento da rede de escolas secundárias e comerciais, desacompanhado do crescimento correspondente no âmbito do ensino industrial e agrícola. Por outro lado, a própria estrutura atual do ensino industrial não se mostrou apta a atrair maior número de candidatos para seus cursos de 1.º ciclo.

2. A solução dêsse impasse poderia ser tentada pela organização de novos tipos de ginásio com currículo enriquecido de matérias de exploração vocacional (artes domésticas, agrícolas, industriais ou comerciais), de forma a ampliar as possibilidades de orientação dos jovens sem que se destrua a formação geral e humanística de base. A experiência poderia ser feita valendo-se do sistema de classes experimentais, em tão boa hora introduzido pelo Ministério da Educação.

3. Procure-se criar ao lado dos ginásios (secundários), como já se faz em certos estabelecimentos mantidos por religiosos, cursos profissionais, práticos e flexíveis, de duração variada (cursos de aprendizagem), para atender aos que não pretendem continuar seus estudos e têm necessidade imediata de uma atividade profissional.

4. A fim de que a influência do espírito cristão não fique ausente da formação profissional do pessoal especializado de nível técnico, cuja procura é cada vez mais crescente, animem-se os educadores católicos à criação de cursos correspondentes, de 2.º ciclo ou

mais avançados, destinados aos que não se dirigem aos estudos superiores. A dificuldade que apresenta o alto custo das instalações técnicas poderá ser vencida por meio de convênios e acordos com as indústrias e as autoridades públicas, as quais têm grande interesse na urgente preparação do pessoal especializado. Cuide-se, porém, da mais alta qualidade científica e técnica de tais cursos.

5. O abandono em que se encontra tôda a enorme população rural do país, principalmente quanto às necessidades mínimas de alimentação, habitação e educação, constitui uma das graves distorções do nosso atual desenvolvimento. Dedique-se, pois, especial atenção ao estudo das soluções para essa tríplice necessidade, a fim de que a insatisfação crescente do meio rural não se torne caldo de cultura para a exploração ideológica e política por parte de aventureiros travestidos de patriotas.

6. Nesse sentido, dê-se todo o apoio possível ao movimento de educação de base, promovido pelas transmissões radiofônicas das emissoras católicas de várias Dioceses do Brasil, abrangendo não só o meio rural como muitas povoações longínquas do interior. Apraz-nos assinalar que o valor dêsse movimento consiste, mais do que na alfabetização dessas populações, na promoção do bem comum de cada pequena comunidade, fazendo com que seus membros assumam conscientemente certas tarefas próprias ao seu desenvolvimento.

7. Esse mesmo objetivo deve ser assumido pela própria escola rural, atualmente empobrecida pela redução de sua finalidade à sim-

ples alfabetização das crianças. Quando ela se transformar num centro de promoção social e cultural do meio, atingindo não só a criança, mas a própria família, será um dos instrumentos mais eficazes do desenvolvimento da comunidade e da integração do homem no meio rural.

8. Uma programação dêsse tipo exige, porém, formação especializada do pessoal que vai atuar no campo. Cuide-se, especialmente, de incutir-lhes uma mentalidade de respeito à dignidade e às características do camponês, jamais permitindo a ridicularização da sua maneira simples de falar e de agir. Procure-se empregar textos e exemplos que dignificam o valor e ressaltam as alegrias da vida do campo.

9. Recorra-se aos ótimos serviços da Universidade Rural, situada no Estado do Rio de Janeiro, a qual mantém um curso de formação doméstica e social de moças do campo, com o fim de torná-las agentes de melhoria do meio rural em que vivem.

10. Promova-se o cumprimento do preceito constitucional que determina a instituição do ensino primário gratuito por parte dos proprietários de fazendas que empregam mais de 100 trabalhadores.

11. Como primeiro passo, os elementos católicos poderiam promover encontros regionais das esposas dos fazendeiros, a exemplo do que se faz em São Paulo, a fim de estudar com elas, num ambiente de cordialidade e colaboração, as possibilidades de melhoria das condições de vida nas suas propriedades agrícolas. Para essa inicia-

tiva seria útil a colaboração das escolas católicas do serviço social.

Quanto ao plano pedagógico

A escola católica, destinando-se à formação integral da criança e do jovem, tanto no plano natural como no sobrenatural, deve estruturar-se e organizar-se de modo a assegurar uma atuação coerente de todos os agentes e processos pedagógicos em ordem a êste objetivo. Nada pode ser indiferente na escola. Desde as instalações até à observância disciplinar, tudo deve conduzir o educando a harmoniosa expansão da sua personalidade e à vivência da presença de Deus. Tanto a instrução e a prática religiosas, como qualquer outra aprendizagem, devem apelar para a participação livre e responsável dos educandos e exercitá-los como membros atuantes de uma comunidade democrática fundada na fraternidade cristã.

A educação cristã da juventude, sendo o resultado de uma ação tipicamente comunitária, exige a coordenação das três principais instituições responsáveis: a família, a escola e a paróquia. Esforcem-se os educadores católicos por promover, enquanto dêles depender, a integração dessa tríplice atuação em benefício do educando. Não se descure, outrossim, da formação da consciência cívica do jovem, estimulando-o à participação ativa dos encargos úteis ao bem de sua Pátria.

À luz dêstes princípios e da análise da realidade brasileira, em ordem a uma renovação pedagógica das nossas escolas, pareceu-nos

oportuno fazer as seguintes recomendações:

I — *Em relação à educação pré-primária e primária:*

1. Procure-se uma renovação pedagógica que mantenha uma linha educacional personalista e cultural, que respeite as características de cada personalidade pelo realce dado à exercitação da iniciativa do educando e ao desenvolvimento da capacidade de pensar autônomo. Inteiramente diversa, portanto, de uma linha educacional pragmatista, mais preocupada com o treinamento de habilidades para o êxito imediato e com o simples ajustamento do indivíduo ao meio social.

2. Aproveite-se das melhores experiências já em andamento para uma divulgação dos princípios dessa renovação, por meio de missões pedagógicas pelo interior do país, de publicações especializadas e de recursos audio-visuais.

3. A disseminação de novas experiências, porém, só deve ser feita quando nucleada em torno de um líder, teórica e tecnicamente preparado. Para êsse fim, estude-se a possibilidade da criação de um Centro Pedagógico com a finalidade de organizar o estágio de professores junto às escolas que mantêm experiência de renovação pedagógica, de incentivar a pesquisa científica no setor da educação primária e de divulgar os resultados obtidos.

5. Numa primeira etapa, cuide-se insistentemente do aprimoramento da formação dos professores primários, quer por meio de cursos de aperfeiçoamento junto às escolas normais, quer por meio de

cursos especializados junto às Faculdades de Filosofia.

6. Êsse aprimoramento exige, por outro lado, melhor seleção vocacional dos candidatos ao magistério primário, a qual se faria melhor por um acompanhamento individual dos alunos durante o curso normal, segundo os princípios e técnicas da Orientação Educacional. Poderia ser acentuado êsse sentido vocacional pela criação de cursos paralelos ao normal (educação doméstica, trabalhos manuais, formação familiar, etc.) para os candidatos, especialmente do sexo feminino, que não apresentem inclinação para o ensino primário.

II — *Em relação à escola de nível médio:*

1. A organização das classes experimentais no ensino secundário, autorizada recentemente pelo Ministério da Educação, veio dar às escolas católicas que as instituíram uma posição de vanguarda que muito as dignifica no movimento de renovação pedagógica da atualidade. No consenso unânime dos observadores desapaixonados, destacam-se tais iniciativas tanto pelo arrôjo das inovações, quanto pela prudência das realizações. Cuide-se, pois, da divulgação dos resultados obtidos, quer por meio de palestras promovidas por elementos integrados em tais experiências, quer por meio de trabalhos publicados.

2. Seria sumamente louvável que muitas outras escolas católicas se servissem dessa autorização governamental para a instituição de experiências semelhantes. Reconquistaríamos para a educa-

ção católica aquela liderança pedagógica que ela já exerceu em outras épocas.

3. Impondo-se, porém, a máxima seriedade em tais realizações, cuide-se em primeiro lugar da adequada formação do pessoal especializado. O mesmo Centro Pedagógico, cuja criação já sugerimos, poderia cuidar da organização do estágio de professores junto às experiências de nível médio.

4. Importa, principalmente, a manutenção de uma perfeita unidade de princípios pedagógicos, sob a luz da doutrina cristã, por parte de todos os que participam da experiência.

III — *Em relação ao ensino universitário:*

1. Até hoje, a Universidade brasileira, pela circunstância histórica de sua formação, tem sido um agregado de escolas dedicadas à formação de profissionais, objetivando os seus cursos quase que exclusivamente essa formação e esquecendo-se de que cada profissional deve ser um homem integral na realidade de seu tempo. Para a realização de uma civilização autenticamente cristã, deve a Universidade ou a Faculdade satisfazer aos seguintes requisitos:

a) manter condições de autenticidade universitária;

b) constituir uma comunidade cristã de mestres e alunos;

c) proporcionar a formação do homem total, segundo sua dimensão de universalidade e sua referência ao sobrenatural;

d) promover a integração do homem em sua circunstância his-

tórica e no âmbito de sua cultura nacional, proporcionando-lhe as categorias necessárias para a compreensão da sua época.

2. A reforma necessária para sanar as falhas apontadas deve incluir o emprêgo dos meios adequados para que os candidatos à Universidade tenham base sólida de formação humanística e continuem a receber, durante a vida universitária, uma formação integral do homem e do profissional.

3. Entre outras providências, tais objetivos poderiam ser alcançados:

1.º, pela criação de Institutos que ultrapassem os limites das escolas isoladas, trabalhando em união com várias delas e abrindo campo para as pesquisas;

2.º, pela criação de Departamentos dentro de cada escola, que unifiquem o ensino de matérias correlatas;

3.º, pelo contato constante entre professores e alunos para o debate de temas atuais, utilizando-se para esse fim das instituições dos estudantes de cada Faculdade e contratando, se possível, alguns professores com tempo integral para serem orientadores dos alunos;

4.º, por meio de encontros entre professores e entre alguns destes e os estudantes, especialmente dedicados ao estudo da reforma universitária e da conveniência da instituição do Colégio Universitário, quer com o fim de dar ao jovem a formação cultural geral adequada ao nível universitário, quer com o de ampliar a formação secundária para as carreiras técnicas não de nível superior.

Quanto ao plano político-administrativo

1. Na escala hierárquica dos objetivos, que reclamam investimentos mais consideráveis, a educação jamais poderá deixar de figurar em primeiro plano, no mesmo nível de outros empreendimentos igualmente fundamentais, como, por exemplo, os serviços de saúde pública, a abertura de estradas, a mecanização da lavoura e a criação de indústrias básicas. Por essa razão, apresenta-se, em nossas dias, à administração pública dos países subdesenvolvidos, como imperativo político e social e norma cristã impostergável, a generalização do ensino primário dentro dos próximos anos e a implantação imediata do ensino técnico.

2. O desenvolvimento do sistema de educação em nosso país fêz-se desordenadamente, não tendo obedecido a qualquer planificação que procurasse assegurar a continuidade, a articulação e a integração das várias iniciativas oficiais e privadas, como partes orgânicas de um mesmo processo educativo. Houve, principalmente, uma inadequada distribuição e um mau emprêgo dos gastos efetuados com o ensino.

3. Os dados estatísticos, não apenas demonstram a forma pela qual as três órbitas da administração pública procuraram desbrigar-se das responsabilidades que a Constituição lhes confere em matéria de ensino, como situam devidamente a presença da livre iniciativa no sistema educacional brasileiro, dando a medida da considerável soma de recursos em imóveis, instalações e equipamentos

com que, através da escola particular, o povo participa diretamente da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

4. Pelos princípios universalmente admitidos, o ensino da livre iniciativa representa um *direito* e um *fato*, que se traduz num serviço não estatal, de interesse público, cuja significação pedagógica, econômica e social não pode ser ignorada num planejamento integral de educação. Só o sectarismo ideológico, infenso a uma estrutura democrática da educação, pode pretender opor-se a que o planejamento integral do sistema de ensino se funde:

a) na articulação do emprêgo dos recursos públicos das várias procedências;

b) na conjugação desses recursos com as realizações da livre iniciativa.

5. O direito de opção, reconhecido universalmente aos pais em matéria de educação, envolve para o Estado o compromisso de assegurar em tôda a plenitude a existência do ensino particular. Para êsse fim, torna-se necessário garantir ao ensino particular as mesmas prerrogativas do ensino oficial e equiparar os direitos dos servidores e usuários de um e de outro, como já se acha consagrado nas legislações mais recentes de muitos países democráticos. É evidente que o emprêgo dos recursos públicos deve nortear-se por critérios objetivos e justos que, impedindo aplicações para fins políticos ou comerciais, estimulem e apoiem o trabalho honesto dos educadores que se sentem chamados por uma autêntica vocação.

LIVROS RECEBIDOS

Ciências Políticas

JOHN LOCKE. *Segundo Tratado de Gobierno*. Colección Hombres y Problemas. Editorial Ágora. Buenos Aires, 1959. 277 págs.

ROBERT C. HUNT. *Teoría y Práctica del Comunismo*. Colección Hombres y Problemas. Editorial Ágora. Buenos Aires, 1959. 277 págs.

PETER VIERECK. *Conservadorismo desde John Adams hasta W. Churchill*. Colección Hombres y Problemas. Editorial Ágora. Buenos Aires, 1959. 206 págs.

THEODORE MEYER GREENE. *Liberalismo — Su Teoría y Práctica*. Colección Hombres y Problemas. Editorial Ágora. Buenos Aires, 1959. 226 págs.

JOHN H. HERZ. *Realismo político e idealismo político*. Colección Hombres y Problemas. Editorial Ágora. Buenos Aires, 1960. 255 págs.

Ciências Econômicas

JOÃO CLEOPHAS. *Reforma Agrária no Brasil*. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1960. 100 págs.

EDMUNDO REGIS BITTENCOURT. *Brasil: Uma Política Rodoviária*. Ministério da Viação e

Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1960. 64 págs.

WERNER STARK. *Die Geschichte der Volkswirtschaftslehre*. D. Reidel. Holanda, 1960. 86 págs.

WILHELM RÖPKE. *International Order and Economic Integration*. D. Reidel. Publishing Company. Holanda, 1959. 276 págs.

IVAN PEDRO DE MARTINS. *Introdução à Economia Brasileira*. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1961. 257 págs.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA. *Política de Desenvolvimento da Amazônia*. 2 vols. Gráfica Editora Livro S/A. Rio de Janeiro, 1960.

VÁRIOS AUTORES. *Inversiones Privadas*. Colección Hombres y Problemas. Editorial Ágora. Buenos Aires, 1959. 280 págs.

Ciências Sociais

RACHEL CALDAS LINS e GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE. *Os Rios da Carnaúba. I — O Rio Mossoró (Apodi)*. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1960. 148 págs.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE. *Os Rios do Açúcar do Nordeste*

- Oriental. II — O Rio Maman-guape.* Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1957. 71 págs.
- GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE. *Os Rios de Açúcar do Nordeste Oriental. III — O Rio Paraíba do Norte.* Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1959. 154 págs.
- MANUEL CORREIA DE ANDRADE. *Os Rios de Açúcar do Nordeste Oriental. IV — Os Rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel.* Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1959. 96 págs.
- CARLOS FREDERICO MACIEL. *Um Estudo-pesquisa sobre o Ensino Secundário da Filosofia.* Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife. Recife, 1959. 188 págs.
- OLEN LEONARD. *Problemas de Habitação Rural no Leste de Pernambuco.* Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1960. 98 págs.
- GONÇALVES FERNANDES. *Mobilidade, Caráter e Região.* Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1959. 79 págs.
- RENATO CARNEIRO CAMPOS. *Ideologia dos Poetas Populares do Nordeste.* Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife. Recife, 1959. 118 págs.
- ROSCOE C. HINKLE, JR. e GISELA J. HINKLE. *El Desarrollo de la Sociología Moderna.* Colección Hombres y Problemas. Editorial Agora. Buenos Aires, 1959. 152 págs.
- GLÁUCIO VEIGA. *Weber e Marx.* Instituto de Ciências Políticas e Sociais. Recife, 1960. 21 págs.
- IRENAEUS ROSIER. *Essays on the Pastoral Problems of the Catholic Church in the World Today.* Institutum Carmelitatum. Roma, 1960. 245 págs.
- GUSTAVO LOZANO GUTIERREZ. *El Sindicalismo Colombiano ante la Doctrina Social de la Iglesia.* Pontificia Universidad Católica Javeriana. Bogotá, 1960. 76 págs.
- NOEL P. GIST e L. A. HALBERT. *A Cidade e o Homem.* 2 vols. Editôra Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1961.
- JOSUÉ DE CASTRO. *Ensaíos de Biología Social.* Editôra Brasiliense. São Paulo, 1959. 281 págs.
- JOHN GIMPEL. *A German Community under American Occupation.* Stanford University Press. Stanford, 1961. 259 págs.
- VÁRIOS AUTORES. *Educação e Região: Problemas de Política e Administração Escolares no Nordeste Brasileiro.* Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife. Recife, 1960. 290 págs.
- CENTRO LATINO-AMERICANO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS. *Estratificación y Movilidad Social en el Uruguay.* Publicação n.º 5. Rio de Janeiro, 1959. 60 págs.

Ciências Auxiliares Afins

- NEWTON SUCUPIRA. *John Dewey: Uma Filosofia da Experiência.* Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife. Recife, 1960. 39 págs.
- E. E. KELLEY e M. I. RASEY. *Educación y Naturaleza del Hombre.* Colección Hombres y Problemas. Editorial Agora. Buenos Aires, 1959. 231 págs.